

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DO BRASIL Class.: 1076

Data 24/08/86 Pg.: \_\_\_\_\_

## Jucá cerca-se de secretárias na Funai mas evita os índios

Solon Dias

Brasília — O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, no cargo há pouco mais de 100 dias, é o único dos 12 que já passaram pelo órgão que resolveu trabalhar confortavelmente e sem índios por perto. O núcleo central da Funai funciona no imponente edifício Lex, de quatro andares, e tanto Jucá Filho quanto seus assessores não dispensam as mais variadas mordomias. Só no gabinete da presidência atuam 15 secretárias — cinco por turno.

Jucá Filho aproveitou o processo de descentralização do órgão (os problemas indígenas são resolvidos diretamente nas seis superintendências regionais: Manaus, Belém, Recife, Curitiba, Cuiabá e Goiânia) para desenvolver o que chamou de "recuperação da máquina burocrática da Funai". Assim, Jucá, um economista pernambucano indicado para presidir o órgão por sugestão pessoal do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, cancelou o contrato com o hotel da Jurema, uma espelunca situada no núcleo Bandeirante que abrigava indígenas. Ele não revelou quanto a fundação gastava com diárias, mas dona Jurema, proprietária do hotel, lamenta:

— Vou ficar com muitas saudades dos meninos.

### Um luxo

Por outro lado, o presidente da Funai tratou de reequipar seu gabinete com carpetes, mesas e cadeiras de alto luxo, ocupadas por três secretárias só na antesala, cortinas e material de decoração adquiridos sem licitação. A Funai dispõe atualmente de 19 secretárias na sede. Como havia 11 cargos de confiança não preenchidos, as secretárias foram brindadas com estas funções, sem contar outros sete assessores especiais.

Em contraste com a suntuosidade da sede da Funai, a Casa do Índio (um barracão insalubre nos fundos da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, perdido num cerrado da Asa Norte da capital) abriga, em péssimas condições, os poucos índios que ainda tentam assistência médica da Funai, como os dois pataxó que, vítimas da violência no campo na Bahia, dormiam no chão de cimento em meio a moscas e baratas.

Assim que assumiu, Jucá fez um levantamento dos apart-hotéis de Brasí-

lia, através do processo fbsb/105/ 86, para abrigar assessores da Funai em Trânsito pela capital. Ele quer 22 apartamentos cuja ocupação será paga através de ordem bancária do Banco do Brasil.

Depois de retirar os índios de Brasília, em março último, sob o pretexto de que gastavam "rios de dinheiro" em alojamento e alimentação, a Funai desembolsa mensalmente Cz\$ 480 mil para seus novos funcionários, dos 497 servidores que trabalhavam na sede, o órgão indigenista passou a contar com apenas 220, dos quais 44 em funções de confiança. A superintendência de Assuntos Fundiários, a mais importante da Funai, pois lida com a questão da demarcação de terras, a mais crucial para os índios, conta em Brasília com 50 funcionários, sem que se tenha notícia da existência de uma única tribo dentro ou fora do Distrito Federal. Segundo dirigentes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) trata-se de uma incoerência, pois este contingente deveria estar nas áreas, conforme prevê a descentralização.

### Romaria

Dirigentes do Cimi e do Inesc (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) consideraram "bizarra" a criação da Assessoria de Relações Internacionais da Funai, ocupada por Lúcia Helena Soares de Mello, que, em artigo publicado no *Jornal da Funai* parafraseou o filósofo espanhol Ortega y Gasset: "Eu sou eu mais a minha circunstância".

Quando o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, aprovou o projeto de descentralização, criado pelo então presidente Apoena Meirelles, concluiu meses depois da apresentação da proposta, no início de maio, que não tinha condições de conduzir o processo de mudanças, convocando Jucá para uma difícil missão: manter os índios nas aldeias. Não conseguiu. Só nesta semana, índios suruí, arara, cinta-larga e zoró, de Rondônia; santere-maué, do Amazonas; Xavante, do Mato Grosso e Pataxó, da Bahia, "invadiram" gabinetes do Ministério da Reforma Agrária, do Conselho de Segurança Nacional, CNBB e Ministério da Saúde.

Para solucionar as periódicas crises da Funai, Jucá Filho resolveu propor três planos comunitários dentro das áreas indígenas: educação, saúde e atividades produtivas. Ele acha que a Funai precisa contratar 100 professores, que ajudarão a

ensinar a ler e escrever os cerca de 40 mil estudantes índios em todo o país, fornecendo inclusive merenda e material escolar. Na área de saúde, Jucá pretende recuperar 209 postos de assistência médicas e vem sistematicamente adquirindo medicamentos básicos do Ministério da Saúde, além de desenvolver um programa de capacitação para os atendentes que ficam nos postos avançados.

Ele quer que a Funai financie o desenvolvimento agrícola e a pecuária indígenas. "O lema é resolver problemas e não criá-los", afirma. Um deles, ele criou e não resolveu: o pagamento de salários a mais de 100 índios xavantes que continuam nas aldeias sem função específica. A assessoria da Funai não soube explicar, por outro lado, porque os técnicos de nível superior ganham diárias de Cz\$ 76 nas viagens às áreas indígenas e uma secretária que acompanha o presidente, Cz\$ 1 mil e 100 para cobrir despesas de estadia.

### Bordunada

O presidente da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, lembrou que desde o início do ano há uma romaria de índios pelos ministérios. "Os novos grupos de contato recente com a comunidade envolvente não tem mais a Funai como referência. Os índios deixaram de dar bordunada para tratar de seus assuntos de forma política", afirmou Krenak.

Naturalmente, Krenak não estava informado da bordunada que Jucá levou, na quinta-feira, de um líder xavante que não aceitou as ponderações do presidente, protelando a demarcação de uma área no Baixo Xingu.

Mas, o incidente não causou nenhum arranhão no prestígio de Jucá junto ao governo federal. O *Diário Oficial* de quinta-feira publica o repasse de Cz\$ 840 milhões à Funai.

A verba, correspondente a dois terços do orçamento total do Ministério da Cultura (Cz\$ 1 milhão e 200 mil), será dividida em dois itens: Cz\$ 15 milhões para compra de equipamentos e material permanente, e Cz\$ 825 milhões para pagamento de pessoal. A classificação orçamentária diz que esta verba será aplicada na demarcação e regularização de terras e a fonte de recursos é do Tesouro nacional.